



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 066, DE 28 DE ABRIL DE 2022.

PUBLICADO EM:

29 / 04 / 2022

“Nomeia Comissão de Monitoramento e Avaliação e Gestor para acompanhar e avaliar parceria celebrada pelo Município de Brazópolis e Santa Casa de Misericórdia São Caetano de Vargem Grande e dá outras providências.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS, MINAS GERAIS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 73, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, **RESOLVE**:

Considerando a Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Municipal nº 1.350/2022 de 14 de abril de 2022 e Decreto Municipal de 28/2017 de 18 de maio de 2017;

Considerando o que dispõe a Lei Federal e o referido Decreto Municipal, que determinam a criação de Comissão de Monitoramento e avaliação, como órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria celebrada;

Considerando a necessidade da composição por servidores;

Considerando que cabe aos mesmos dar apoio e acompanhar a execução da parceria para aprimoramento, unificação de entendimentos, solução de controvérsias, padronização de objetos, controle de resultados e avaliação de relatórios técnicos de monitoramento;

Considerando a necessidade de fiscalização rigorosa da parceria celebrada, inclusive com vistorias “in loco”, para fins de monitoramento na forma legal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, para compor a Comissão de Avaliação e Monitoramento, referente à parceria firmada entre o Município e Hospital, para avaliar o cumprimento da parceria, plano de trabalho aprovado:

I-Madalena de Lurdes Morais

II-Nelson Roberto Mattiazzo

III-Magda de Lourdes Faria



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 2º. Fica nomeada, gestora da parceria, a Secretária de Saúde do Município Alessandra Lancetti Avelino;

Art. 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação tem por finalidade o monitoramento do conjunto de parcerias, a proposição de aprimoramento dos procedimentos, a padronização de objetos, custos e indicadores e produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação dos projetos celebrados

Art. 4º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será constituída por pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal.

Art. 5º Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - Monitorar e avaliar a execução da parceria por intermédio do acompanhamento e da fiscalização realizados pelo gestor;

II - Homologar o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação emitido pela Administração Pública Municipal, nos termos do art. 59 da Lei nº 13.019/2014;

III - emitir relatório consolidado das atividades de cada reunião.

§ 1º A Comissão poderá sugerir ajustes necessários à homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

§ 2º As reuniões ordinárias da Comissão ocorrerão mensalmente, em data a ser definida pelo membro coordenador.

§ 3º As reuniões extraordinárias da Comissão poderão ser convocadas por qualquer um dos membros.

§ 4º O quórum mínimo necessário para as reuniões e votações será de dois membros.

Art. 6º Será impedido de participar da Comissão de Monitoramento e Avaliação pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha participado como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da OSC, ou sua atuação no monitoramento e avaliação configure conflito de interesse, nos termos da Lei;

Parágrafo único. Configurado o impedimento previsto no caput, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 7º Será impedida de participar como membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes, nos termos da 13.019/2014.

Art. 8º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas na Seção II, do Decreto nº 8.726/2016.



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 9º A Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, na forma do art. 49, homologará, no prazo legal, o relatório técnico de monitoramento e avaliação produzido na forma da lei.

Art. 10. As ações da Comissão de Monitoramento e Avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, e devem ser registradas na plataforma eletrônica, conforme preceitua o marco regulatório.

Art. 11. Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

29 DE ABRIL DE 2022, BRAZÓPOLIS - MG

Carlos Alberto Morais
Prefeito Municipal